

Mobilização no segundo semestre

Crescimento do ICMS comprova possibilidade de reajustes adicionais nos salários

Dados divulgados até o momento e previsões para o restante do ano, das otimistas às mais pessimistas, mostram que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) pode recompor os salários de servidores e docentes, bem como ampliar os recursos à permanência estudantil.



Confira matérias nas páginas 3 a 6

De 20 a 28/9, assembleias nas unidades

O Fórum das Seis orienta as entidades a realizarem assembleias entre os dias 20 e 28 de setembro. O objetivo é preparar a mobilização para o segundo semestre e discutir as reivindicações salariais que apresentaremos ao Cruesp. Como subsídio, esta edição traz previsões e estudos sobre a arrecadação do ICMS em 2010, apontando os reflexos de possíveis reajustes sobre o comprometimento das universidades com folha de pagamento. No dia 30 de setembro, o Fórum volta a se reunir para avaliar os resultados das assembleias e o andamento da mobilização. Parti cipe!



Diário do movimento



Nesta edição, os momentos que marcaram o movimento nas universidades estaduais paulistas em 2010

As lutas do primeiro semestre e as tarefas do movimento

Neste segundo período letivo, temos muito por que lutar, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, por melhores condições de trabalho, democratização da universidade, mais verbas para a educação, políticas efetivas de permanência estudantil, debate amplo e democrático sobre carreira, contra qualquer tipo de retaliação ou repressão decorrentes da greve, entre outros.

A questão salarial, que esteve no centro da greve deflagrada pelos servidores técnico-administrativos no primeiro semestre, e que também tem implicações para os docentes, deve ter seus desdobramentos. Como mostram matérias nas páginas 3 a 6, ainda que os técnicos do Cruesp procurem demonstrar o contrário, a arrecadação do ICMS, imposto que destina parte de sua arrecadação às universidades estaduais paulistas, deve superar todas as previsões do início do ano, das pessimistas às mais otimistas.

O Fórum das Seis quer que o Cruesp cumpra a palavra empenhada no acordo celebrado com as categorias em 1991, que prevê negociações no segundo semestre de cada ano. Queremos debater que destino deve ter o excedente de arrecadação. Para o Fórum, o investimento deve se concentrar em recursos humanos, tendo como perspectiva a reivindicação da data-base 2010, de 16% de reposição salarial e parcela fixa, de forma isonômica para servidores docentes e técnico-administrativos. Parte deste excedente deve ser revertido para a permanência estudantil (construção de restaurantes, moradia etc), além dos gastos regulares já efetuados com a gratuidade ativa.

A data-base 2010 teve como marcas centrais a garra dos servidores técnico-administrativos das três universidades, indignados com a quebra da isonomia de reajuste entre as categorias, fato inédito nos últimos 20 anos, e a intransigência dos reitores. Nas duas únicas negociações entre Fórum das Seis e Cruesp, nos dias 11 e 18 de maio, eles pareciam entender que negociar é, simplesmente, comunicar uma decisão unilateral. Nos meses que antecederam as negociações – e também durante e depois delas – o Fórum das Seis encaminhou inúmeros ofícios ao Cruesp, buscando o diálogo, e que, em sua maior parte, não foram sequer respondidos. Paralelamente, o movimento foi surpreendido por declarações pouco acadêmicas e preconceituosas dos reitores à imprensa, como a entrevista de João Grandino Rodas à Rádio Bandeirantes, em maio, na qual qualificou os funcionários em greve como “invasores” e “pessoas inescrupulosas”, e que estari-



Ato público organizado pelo Fórum das Seis, em 16/6/2010, em frente à reitoria da Unicamp

tolerar a quebra da isonomia de reajuste entre os segmentos. Os servidores técnico-administrativos demonstraram disposição de luta diante da ofensiva do Cruesp. Ao contrário dos reitores, os trabalhadores buscaram incansavelmente a via da negociação e do diálogo desde o primeiro momento.

A ofensiva dos reitores nesta data-base é parte de um projeto político de privatização e destruição da universidade pública, que passa pelo enfraquecimento da organização conjunta dos trabalhadores. Iniciada a campanha eleitoral, vários candidatos têm materializado este projeto, com propostas concretas de cobrança de mensalidades nas universidades estaduais.

Diante deste quadro, o Fórum das Seis reafirma a necessidade de construirmos uma campanha em defesa da universidade pública e gratuita, contra quaisquer tentativas de privatização.

Esta edição do **Jornal do Fórum** traz um balanço da luta empreendida no primeiro semestre deste ano e procura estimular o debate sobre algumas questões vitais para o movimento, como o acompanhamento do crescimento do ICMS e de cenários para a revisão salarial do 2º semestre, a criminalização dos movimentos sociais, permanência estudantil e gratuidade ativa. São estas as principais questões que nortearão a atuação do Fórum das Seis Entidades neste início do segundo semestre.

É hora de fortalecer a nossa organização.

Queremos debater o destino do excedente de arrecadação. Para o Fórum das Seis, o investimento deve se concentrar em recursos humanos e em permanência estudantil.

Expediente

Jornal do Fórum das Seis é uma publicação conjunta do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp/STU, Sindicato dos Trabalhadores da USP/Sintusp, Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza/Sinteps, Sindicato dos Trabalhadores da Unesp/Sintunesp, Associação dos Docentes da USP/Adusp-S.Sind., Associação dos Docentes da Unesp/Adunesp-S.Sind., Associação de Docentes da Unicamp/Adunicamp S.Sind., Diretório Central de Estudantes da Unicamp e Diretório Central de Estudantes da USP.

Jorn. Resp: Bahiji Haje (MTB 19.458).

Tiragem desta edição: 26 mil exemplares.

EDITORIAL
EDITORIAL
EDITORIAL



Mobilização no segundo semestre

Crescimento do ICMS comprova possibilidade de reajustes adicionais nos salários

Dados divulgados até o momento e previsões para o restante do ano, das otimistas às mais pessimistas, mostram que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) pode recompor os salários de servidores e docentes, bem como ampliar os recursos à permanência estudantil

Os orçamentos das três universidades para 2010, aprovados no final de 2009, utilizaram como base a previsão de arrecadação oficial (feita pela Secretaria da Fazenda) de R\$ 59 bilhões para o ICMS deste ano. Na primeira reunião da Comissão Técnica do Cruesp com o Fórum das Seis, realizada em 06/05/2010, bem como na primeira reunião do Fórum com o Cruesp, em 11/05/2010, os técnicos do Cruesp informaram que, com base no efetivamente arrecadado até aquele momento, estavam utilizando, como previsão para a arrecadação do ICMS de 2010, o valor de R\$ 61,2 bilhões.

Na reunião técnica e, também, na reunião com o Cruesp, o Fórum já apontava números bem superiores: uma previsão bastante conservadora, utilizando-se como referência a perspectiva da inflação e do crescimento do PIB para esse ano, sugeria uma arrecadação superior a R\$ 63,6 bilhões. Analisando-se o comportamento do ICMS arrecadado nos três primeiros meses para os anos de 2001 a 2009, em relação ao total arrecadado em cada ano, e utilizando-se sua média para estimar a arrecadação de 2010, chega-se a um valor superior a R\$ 65,5 bilhões.

Dadas as diferenças entre as previsões realizadas pelos técnicos do Cruesp e pelo Fórum das Seis para a arrecadação do ICMS, o Fórum já apontava aos reitores, na reunião de 11/05/2010, a necessidade de uma segunda etapa de negociação salarial. Esta etapa deveria ocorrer no segundo semestre (setembro/outubro), quando a evolução da arrecadação do ICMS estaria consolidada, permitindo uma estimativa



Os números comprovam: é possível ampliar os recursos para recompor os salários daqueles que trabalham nas universidades e fazem delas referência nacional em ensino e pesquisa

muito mais realista por parte do Cruesp. Além disso, as negociações salariais no segundo semestre ocorrem com frequência e estão previstas em acordo celebrado entre o Fórum das Seis e o Cruesp em 1991 (ver matéria na página 5).

No dia 17 de agosto, após sucessivos ofícios do Fórum das Seis ao Cruesp, finalmente foi realizada uma nova reunião com a Comissão Técnica. Foram discutidos os números da arrecadação do ICMS até julho, as folhas de pagamento de cada universidade e alguns cenários de previsão para os próximos meses. A Comissão informou que havia revisto sua previsão, ampliando-a para R\$ 63 bilhões.

Os representantes do Fórum mencionaram que também tinham

revisto sua projeção e que, agora, trabalhavam com uma arrecadação não inferior a R\$ 65 bilhões (ver página seguinte as justificativas para essa projeção).

As questões mais importantes, neste momento de aquecimento da economia, são determinar quais as possibilidades que o aumento da arrecadação traz, em termos de reajustes adicionais de salários e reforço aos programas de permanência estudantil, e como encontrar mecanismos para concretizar esses ganhos potenciais.

Com a finalidade de analisar a primeira parte dessa questão, como mostra a tabela abaixo, serão examinados quatro cenários diferentes:

- No primeiro cenário, analisamos como

ficaria o comprometimento do orçamento das universidades com as folhas de pagamento, caso não fosse concedido nenhum reajuste adicional a servidores técnico-administrativos e docentes.

- No segundo cenário, essa mesma análise é efetuada para o caso em que o reajuste de 6% dado aos docentes em fevereiro, a título de reestruturação de carreira, seja estendido, retroativamente ao mesmo mês, aos servidores técnico-administrativos.

- No terceiro cenário, examina-se qual deveria ser o reajuste de data-base que conduziria as três universidades a um comprometimento, no global, de 85% dos recursos com as folhas de pagamento.

- No quarto cenário, apresenta-se o comprometimento relativo a um reajuste na data-base de 16%, reivindicação que consta de nossa pauta conjunta.

Para cálculos dos comprometimentos mostrados na tabela, foi adotado um conjunto de hipóteses que são apresentadas na próxima página.

Os resultados da tabela demonstram que a situação econômico-financeira das universidades públicas paulistas é muito confortável, reforçando a convicção

de que era e ainda é possível ampliar os recursos para o pagamento de salários daqueles que trabalham nessas universidades e fazem delas o segmento mais forte do ensino superior e da pesquisa no país.

Comprometimento acumulado do orçamento das universidades em 2010 com as folhas de pagamento, considerando uma arrecadação de R\$ 65 bilhões (em %)				
Universidades/Cenário	Unesp	Unicamp	USP	Total
Cenário 1 O Cruesp não concede reajuste adicional	82,7	82,4	79,7	81,0
Cenário 2 Extensão aos servidores técnico-administrativos, retroativo a fevereiro, do reajuste de 6% concedido aos docentes	84,5	84,7	81,5	83,0
Cenário 3 Reajuste de 14,23% na data-base, para levar o comprometimento conjunto a 85% (isto representa um acréscimo de 7,19% sobre os salários atuais)	86,5	86,4	83,6	85,0
Cenário 4 Reajuste de 16% na data-base (isto representa um acréscimo de 8,85% sobre os salários atuais)	87,4	87,2	84,4	85,8

Obs.: Admitiu-se que a Secretaria da Fazenda repasse, em 2010, os 9,57% sobre os 65 bilhões de reais previstos para a quota parte líquida do estado na arrecadação de ICMS.

DATA-BASE 2010

Previsão mais conservadora indica arrecadação na casa dos R\$ 65 bilhões em 2010

Com a finalidade de avaliar a situação financeira das universidades públicas paulistas, diante de alguns cenários de concessão de reajuste de salários a docentes e servidores técnico-administrativos, foram feitas algumas análises para estimar a quota-parte líquida do estado na arrecadação de ICMS em 2010.

Em uma análise, procurou-se correlacionar a arrecadação de ICMS do primeiro semestre com a arrecadação anual deste tributo.

Para evitar situações muito distantes e efeitos conjunturais específicos, foram selecionados quatro anos mais recentes em que houve uma relativa estabilidade econômica: 2004 a 2007. Para esses casos, a arrecadação do primeiro semestre oscilou entre 47,10% e 48,58% da arrecadação anual, com média igual a 47,56%.

Adotando a opção mais conservadora para estimar a arrecadação deste ano,



Atos promovidos pelo Fórum das Seis durante as reuniões com o Cruesp em 11 e 18 de maio, em São Paulo

com a arrecadação de R\$ 31,912 bilhões no primeiro semestre representando 48,58% da arrecadação anual, o valor obtido é de R\$ 65,38 bilhões.

Uma outra projeção da arrecadação foi feita, estendendo para o ICMS do estado de São Paulo os efeitos das atuais projeções para 2010 do crescimento do PIB nacional (7,1%) e da inflação (5,1%). Considerando que a quota-parte líquida do estado em 2009 atingiu R\$ 57,377 bilhões, a estimativa que se obtém para este ano é R\$ 64,58 bilhões.

Por fim, considerando-se que a arrecadação de ICMS de julho de 2010 se repita nos demais meses do segundo semestre, a quota-parte líquida do estado atingirá, em 2010, cerca de R\$ 65,070 bilhões. Convém ressaltar que, em todos os anos recentes desde 2002, a arrecadação de julho ficou abaixo da média do segundo semestre.

Adotando a opção mais conservadora para estimar a arrecadação deste ano,

Premissas adotadas para o cálculo do comprometimento com folhas de pagamento

1. Adotou-se que a quota-parte líquida do estado na arrecadação do ICMS em 2010 atingirá o valor de 65 bilhões de reais, com repasse integral no ano para as universidades dos 9,57% que lhes são devidos por lei.

2. Para o Cenário 1, admitiu-se que os valores das folhas de pagamento de agosto a dezembro sejam iguais aos de julho, informados pelo Cruesp na planilha mais recente.

3. Para os cálculos no Cenário 2, adotou-se para a participação dos servidores técnico-administrativos na folha de pagamento os seguintes valores: 43% para a Unesp, 56% para a Unicamp e 46% para a USP. Os valores para a Unesp e a Unicamp foram informados pelos técnicos dessas universidades na reunião de 06/05/10 e o valor para a USP foi calculado a partir do Sistema de Informações Financeiras para o Conselho Universitário nº 02/2010.

4. Dado que há parcelas nas folhas de pagamento (como auxílio-alimentação,

auxílio-transporte) cujos valores não são afetados diretamente pela concessão de reajuste de salário, mas não são conhecidas, decidiu-se aplicar, para os Cenários 2 e 3, o índice de reajuste sobre toda a folha e desprezar o seu efeito sobre reservas para 13º salário e férias, admitindo que possa haver uma compensação desses efeitos opostos.

5. Para o Cenário 2, os efeitos do reajuste, retroativo a fevereiro, de 6% aos servidores técnico-administrativos, foram aplicados sobre as folhas conhecidas de março a julho e, para o período agosto-dezembro, admitiu-se que não houvesse nenhuma variação com relação a julho (consistente com a hipótese 2).

6. Para o Cenário 3, admitiu-se, para substituir o reajuste concedido na data-base (6,57%) por outro índice, que o seu efeito pudesse ser melhor estimado considerando a média das folhas de pagamento de junho e julho, para eliminar variações sazonais.

Centro Paula Souza

Arrocho é grande nas ETEs e FATECs

Os servidores e docentes das escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs), mantidas pelo Centro Paula Souza, vivem um profundo arrocho salarial.

Como o Centro é vinculado à Unesp desde a criação da Universidade, em 1976, a lei prevê que os mesmos reajustes concedidos pelo Cruesp nas universidades seja repassado aos trabalhadores das ETEs e FATECs. Desde

1996, no entanto, com o início do governo Covas, a lei passou a ser descumprida. O resultado é um arrocho insustentável, que coloca o salário deste pessoal como o pior da região Sudeste na área da educação pública.

O Sinteps, sindicato que representa a categoria e integra o Fórum das Seis, informa que, em 2010, a reposição salarial reivindicada é de 37,47% + parcela fixa de 200,00.



Ato público promovido pelo Sinteps, em 5/3/2010, reunião trabalhadores e estudantes na FATEC/SP

DATA-BASE 2010

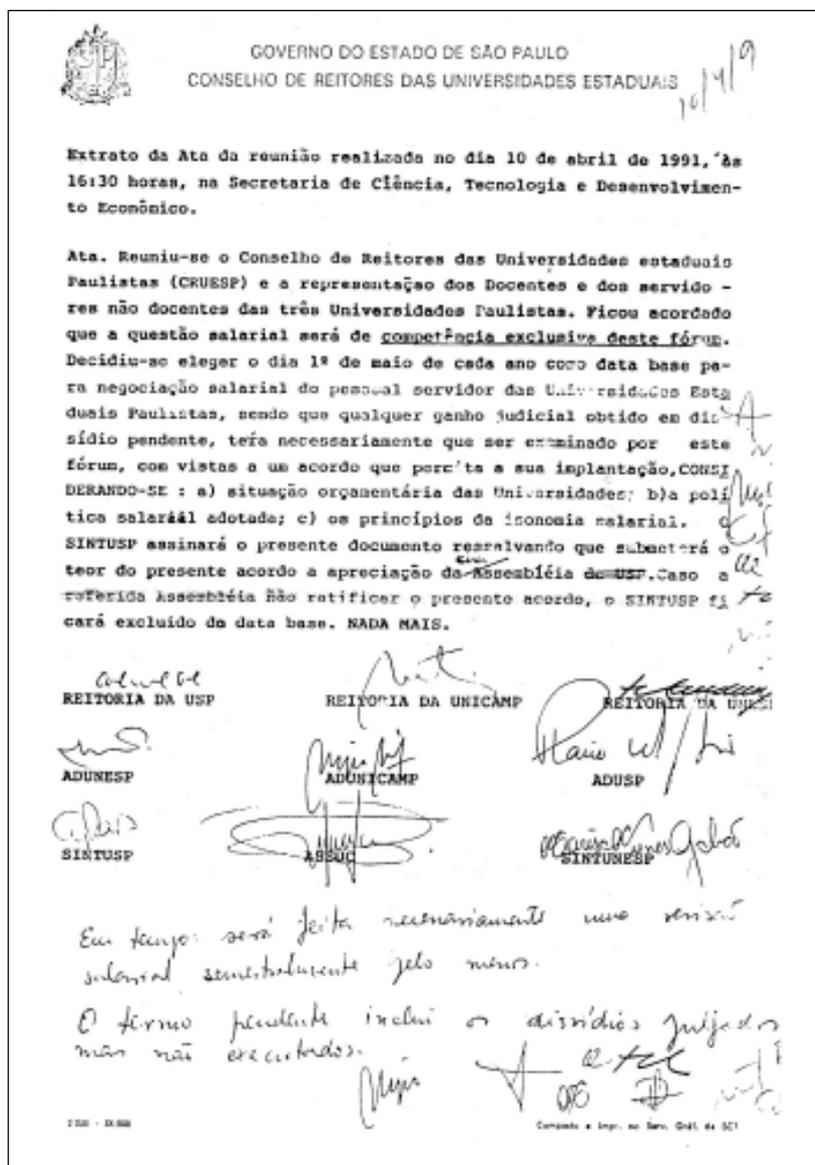
Negociação no segundo semestre

Cruesp deve cumprir compromisso em vigor desde 1991

Já faz quase 20 anos que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) assinou um acordo com o Fórum das Seis, reconhecendo 1º de Maio como data-base de docentes e servidores técnico-administrativos da Unesp, USP e Unicamp. O mesmo documento (*veja reprodução ao lado*), celebrado em 1991, diz que “será feita, necessariamente, uma revisão salarial semestralmente, pelo menos”.

É preciso que os reitores cumpram o acordo e agendem, o mais breve possível, uma negociação com as entidades, para tratar não apenas da revisão do reajuste salarial concedido, mas também do conjunto da Pauta Unificada.

O acordo é claro ao reforçar que “será feita necessariamente uma revisão salarial semestralmente, pelo menos”.



Fórum das Seis defende mais recursos para a permanência estudantil

Além da reposição de perdas salariais para docentes e servidores (*como mostra matéria na página 3*), o Fórum das Seis defende que parcela do excedente com a arrecadação do ICMS em 2010 seja revertida para a permanência estudantil (construção de restaurantes, moradia etc), além da ampliação dos gastos regulares já efetuados com a gratuidade ativa.

No dia 18 de agosto, o Fórum enviou ofício ao Cruesp (nº 49), solicitando informações sobre qual é o investimento total previsto por cada universidade em permanência estudantil neste ano. Também quer saber em quais programas (construções/ampliações de moradias e restaurantes, manutenção dos mesmos, bolsas de permanência etc) tais recursos estão sendo aplicados.



Diário do movimento



Os momentos que marcaram o movimento nas universidades estaduais paulistas em 2010

Início de março – Fórum das Seis indica a realização da primeira rodada de assembleias, para elaboração da Pauta Unificada 2010.

3/3 – O Cruesp divulga comunicado informando a concessão de 6% aos docentes, a título de “reestruturação da carreira”.

22/3 – Terminada a segunda rodada de assembleias, entidades aprovam a Pauta Unificada. Cresce a insatisfação entre os servidores, com a notícia de concessão do reajuste somente aos docentes.

30/3 – O Fórum entrega a Pauta Unificada 2010 ao Cruesp, que já está sendo presidido pelo reitor Fernando Ferreira Costa, e insiste na solicitação de que a primeira reunião aconteça na semana de 19 a 24 de abril, como forma de viabilizar um calendário que permita a discussão efetiva das reivindicações. O documento é recebido pelo professor José Ranali, secretário do Cruesp, que indica a intenção dos reitores de negociar somente a partir do início de maio.



15/4 – Os servidores da Unesp promovem um dia de paralisação na maioria dos campi, em protesto contra a quebra da isonomia de reajuste e por questões relativas à promoção.



20 a 30/4 – Nova rodada de assembleias nas universidades.

5/5 – Os servidores da USP iniciam a greve, tendo como reivindicação central a volta da isonomia de reajuste.

DATA-BASE 2010

No primeiro semestre, o Cruesp optou por não negociar

A troca de ofícios entre o Fórum das Seis e o Cruesp, durante a data-base, ilustra a falta de disposição ao diálogo por parte dos reitores. Cumprindo o cronograma estabelecido em janeiro, no dia 12/2 o Fórum enviou ao Cruesp seu primeiro ofício relativo à data base de 2010, solicitando uma primeira reunião de negociação para a semana de 19/4. A esse, seguiram-se muitos outros, num total de 24, o último deles datado de 18/08. Em resposta, no mesmo período, o Cruesp enviou seis ofícios ao Fórum. O cronograma abaixo fala por si mesmo.



O Fórum das Seis buscou o diálogo incansavelmente, mas o mesmo não ocorreu com o Cruesp. Na foto, da esq. p/ a dir., os reitores João Grandino Rodas (USP), Fernando Ferreira Costa (Unicamp) e Herman Voorwald (Unesp)

Ofícios do Fórum ao Cruesp

12/2 – solicita agendamento da primeira reunião de negociação para a semana de 19/4.

9/3 – solicita que o Cruesp estenda aos funcionários o reajuste de 6% concedido aos docentes.

10/3 – reitera ofício de 12/2.

10/3 – solicita agendamento de reunião para discutir a valorização dos níveis iniciais da carreira docente, após finalização da negociação da pauta unificada.

24/3 – dado o silêncio do Cruesp, reitera ofício de 9/3.

24/3 – comunica que a pauta unificada será protocolada em 30/3.

30/3 – encaminha a pauta unificada de data-base e reitera ofício de 12/2.

7/4 – reitera ofícios de 12/2 e 30/3 (não respondidos).

7/4 – dado o silêncio do Cruesp, reitera ofícios de 9/3 e 24/3.

19/4 – responde o ofício do Cruesp de 12/4 e solicita que a primeira reunião aconteça em abril.

20/4 – solicita o fornecimento da planilha consolidada de 2009.

19/5 – solicita agendamento de nova reunião de negociação.

24/5 – solicita audiência com o presidente do Cruesp e reitera ofício de 19/5.

27/5 – repudia as ameaças de desconto de dias parados e manifesta necessidade de negociação.

1/6 – solicita agendamento urgente de reunião e aponta crescimento de arrecadação do ICMS indicando que é possível estender aos funcionários o reajuste de 6%.

9/6 – solicita reunião para 14/6 com o presidente do Cruesp.

11/6 – responde ofício do Cruesp de 10/6 e solicita agendamento de reunião.

16/6 – solicita agendamento de reunião.

22/6 – solicita agendamento de reunião.

7/7 – solicita reunião com a comissão técnica do Cruesp em agosto e, na sequência, negociação com o Cruesp sobre o conjunto da pauta unificada.

13/7 – cobra, novamente, reunião com a comissão técnica e negociação com o Cruesp, bem como a regularização do envio de planilhas da arrecadação do ICMS, suspenso desde abril.

10/8 – cobra, novamente, reunião com a comissão técnica e, na sequência, negociação com o Cruesp.

18/8 – solicita dados relativos à terceirização de serviços e à permanência estudantil nas três universidades.

18/8 – solicita agendamento de reunião com o Cruesp.

Ofícios do Fórum ao Cruesp

12/4 – informa que: 1) a pauta unificada foi recebida pelos reitores; 2) o Cruesp decidiu que as reuniões aconteceriam em maio; 3) a reestruturação da carreira docente foi aplicada em fevereiro de 2010 e que reestruturações semelhantes foram feitas, em anos anteriores, para os funcionários.

20/4 – encaminha a planilha de fechamento do ano de 2009.

28/4 – encaminha as datas das duas primeiras reuniões: com a comissão técnica em 6/5 e com o Cruesp em 11/5.

10/6 – indaga ao Fórum sua posição oficial sobre ações do movimento para então responder o ofício de 9/6.

20/7 – envia planilha do ICMS de junho 2010 e sinaliza reunião da comissão técnica para agosto, “com o objetivo de avaliação dos resultados da arrecadação do ICMS e para assuntos relativos à pauta unificada”.

16/8 – agenda reunião da comissão técnica do Cruesp com o Fórum para o dia 17/8.

Diário do movimento



11/5 – Acontece a primeira negociação, com ato público em frente à nova sede do Cruesp, na rua Itapeva, área nobre da capital, com cerca de 800 manifestantes. Várias unidades da Unesp e parte da Unicamp paralisam as atividades. Os reitores limitam-se a conceder 6,57% de reajuste para todos e recusam-se a estender os 6% aos funcionários.



11/5 – Frente à intransigência do Cruesp, o Fórum das Seis reúne-se e aponta o indicativo de greve geral dos servidores, em busca da isonomia de reajuste.

12/5 – Os servidores da Unicamp entram na greve. Na Unesp, param os campi de Bauru, Ilha Solteira e Jaboticabal.

18/5 – Acontece a segunda negociação com o Cruesp, com a realização de novo ato em São Paulo. Cresce a greve entre os servidores das três universidades. Os reitores insistem na proposta inicial.



26/5 – O Fórum das Seis promove novo ato, desta vez na reitoria da Unicamp, casa do presidente do Cruesp, para cobrar a reabertura das negociações.



Terceirização, uma política nefasta nas universidades paulistas e no Centro Paula Souza

As universidades públicas paulistas e o Centro Paula Souza – que mantém as escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs) – ao contrário de servirem de exemplo de respeito ao trabalho humano, têm sido laboratórios de novos métodos de organização do trabalho, transpostos da iniciativa privada. Trata-se da terceirização, fenômeno que ganhou espaço no Brasil dentro da lógica neoliberal iniciada nos anos 90, no âmbito da reforma do Estado impulsionada pelo governo FHC. A base dessa reforma, conduzida pelo então ministro da Gestão Pública Bresser Pereira, em 1994, foi a definição pelo governo de quais funções eram típicas de Estado, quais eram objeto de competição com o mercado e quais poderiam ser integralmente delegadas ao mercado.

Nessa reforma, as áreas de educação e saúde foram caracterizadas como funções de competição com o mercado. No caso do ensino superior público, esta lógica esteve ainda mais presente. Nesse período, teve início um processo de expansão por meio da proliferação de instituições de ensino superior privadas, em sua grande maioria de baixa qualidade. As públicas, principalmente as federais, vivenciaram um longo processo de sucateamento, promovido pela asfixia do financiamento.

As universidades públicas paulistas resistiram a essa ofensiva, que trouxe grandes prejuízos às federais. O processo de autonomia didática e financeira, conquistado em 1989, após um movimento grevista, permitiu às paulistas maior capacidade de resistência. Apesar disso, conceitos como produtividade, competitividade, racionalidade e outros passaram a integrar os discursos e as práticas administrativas nessas universidades.

Processo acelerado

Na Unicamp, sob a gestão do

reitor Carlos Vogt, atual secretário de Ensino Superior, desencadeou-se no início dos anos 90 um processo de terceirização e precarização do trabalho. Houve um grande número de substituições de postos de trabalho nas áreas de apoio por terceirizações e a remoção dos trabalhadores da Unicamp para outras funções. Na Unesp, o processo ganhou impulso em 2005, quando o Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) aprovou a terceirização da função de Auxiliar de Serviços Gerais. Na USP, o Sintusp estima a existência de mais de três mil trabalhadores terceirizados, nas áreas de

limpeza, vigilância e jardinagem, que recebem um salário mínimo e trabalham sem equipamentos de segurança.

No Centro Paula Souza, um processo agressivo de terceirização teve início em setembro de 2007 em

todas as unidades, abrangendo os serviços gerais e de vigilância, até então desempenhados por servidores contratados. Os efeitos daninhos apareceram rápido: poucos meses depois, os trabalhadores terceirizados cruzaram os braços em várias unidades; algumas escolas chegaram a pedir socorro às prefeituras municipais, que lhes “emprestaram” temporariamente funcionários para a limpeza.

As formas de terceirização e precarização incorporaram outras variantes que atingem docentes e funcionários e estão presentes, em dimensões diferentes, nas três universidades e no Cen-



tro Paula Souza. É o caso do contrato temporário, das fundações, dos bolsistas de pós-graduação para atuarem como docentes, estagiários, empresas contratadas e assim por diante.

O Fórum das Seis tem pautado a discussão da terceirização e da precarização do trabalho na universidade. A luta é pela reafirmação de um serviço público baseado numa visão de Estado na qual o interesse público prevaleça sobre os interesses de mercado. Nessa lógica,

denúncias feitas pela Adusp sobre o caráter privatista das fundações da USP, ou as ações que tentam impedir a precarização e a terceirização nas três universidades e no Centro Paula Souza, assumem caráter estratégico.

Questionamento ao Cruesp

O fim das políticas de terceirização está presente na Pauta Unificada 2010 e o Fórum das Seis vem cobrando do Cruesp o debate sobre o tema. No dia 18/8/2010, por meio do Ofício Fórum 49/2010, foram feitos os seguintes questionamentos aos reitores:

- Qual é o gasto total de cada universidade com terceirização de serviços nos anos de 2008 e 2009, bem como qual é a previsão para 2010?
- Qual é o gasto de cada universidade, nestes mesmos anos, de forma discriminada por área (segurança, limpeza etc)?
- Em cada universidade, qual é o total de trabalhadores terceirizados em cada área de atuação?
- Em cada universidade, quanto representa, no custeio, o gasto total com terceirização?
- Qual é o salário de cada uma das funções terceirizadas, bem como os benefícios previstos e que não foram pagos?

Diário do movimento



8/6 – Indignados com o corte de salários de cerca de mil trabalhadores, os servidores da USP ocupam a reitoria.

10/6 – Convocada pela Comissão de Direitos Humanos, acontece na Assembleia Legislativa uma audiência pública com o tema “A crise nas universidades estaduais”. Participam representantes das três universidades e do Centro Paula Souza (instituição que é vinculada academicamente à Unesp).



16/6 – Novo ato público é realizado em Campinas e dá início a uma vigília de servidores e estudantes em frente à reitoria da Unicamp.



De 17 a 21/6 – Assembleias nas unidades avaliam proposta do Fórum das Seis, de elaboração de uma pauta unitária dos três segmentos em greve, tendo em vista a isonomia, a ser negociada diretamente com cada reitoria: uma referência para todos os funcionários.

30/6 – Os servidores da USP encerram a greve. A reitoria revoga os cortes de salário.



A Revolta da Chibata e o direito de greve

Criminalização do movimento acentua-se em 2010 e aponta retrocesso político nas universidades



Denúncia da criminalização durante os atos deste ano

Em novembro de 1910, um grupo de marinheiros negros, liderados por João Cândido, decidiu reagir à dura repressão imposta nos navios da Marinha nacional, inclusive com castigos físicos. Os fatos ficaram conhecidos como Revolta da Chibata.

A citação deste importante momento da nossa história, que estreitou os pilares da então jovem república brasileira, não é casual. Em 2010, quando serão comemorados os 100 anos daquele episódio, parece que as reitorias das universidades estaduais paulistas decidiram valer-se da intimidação e da retaliação para se relacionar com a comunidade acadêmica. Seria a chibata dos tempos modernos?

Primeiros sinais

A demissão do sindicalista Claudionor Brandão, dirigente do Sintusp, em 8/12/2008, já havia acendido o sinal de alerta nas universidades estaduais paulistas. Era um exemplo inequívoco de criminalização e uma tentativa de intimidar o movimento sindical e estudantil a partir da violação dos direitos de ser sindicalista.

Na greve de 2009, a ocupação militar da USP, por solicitação da reitoria da Universidade e com a anuência do governo do estado, trouxe à cena imagens parecidas com os tempos da ditadura militar: uso de bombas

de gás, agressões a professores, funcionários e estudantes durante uma manifestação absolutamente pacífica.

Em 2010, nas três universidades, em vários momentos, registrou-se novamente a presença policial como forma de intimidação do movimento. Em meio à greve dos servidores técnico-administrativos, o reitor João Grandino Rodas, da USP, determinou o corte do ponto de cerca de mil servidores, iniciativa que seria seguida na Unicamp e utilizada como ameaça na Unesp. A medida foi considerada um ataque inaceitável ao direito de greve, consagrado na Constituição Federal, e gerou indignação na comunidade. “Negar aos trabalhadores o direito ao salário quando estiverem exercendo o direito de greve equivale, na

prática, a negar-lhes o direito de exercer o direito de greve, e isto não é um mal apenas para os trabalhadores, mas para a democracia e para a configuração do Estado Social de Direito, do qual tanto nos orgulhamos, afinal, foram as lutas históricas dos trabalhadores que nos conferiram esse legado”, destacou o jurista Jorge Luiz Souto Maior, professor do Departamento de Direito do Trabalho da USP.

Terminada a greve dos servidores, o questionamento ao direito de manifestação de trabalhadores e estudantes prossegue. Há informes de pressões em servidores que fizeram greve, de diretores que tentam impor a reposição de horas e não de trabalho, entre outros.

Para o Fórum das

Seis, o processo de recrudescimento da repressão dentro das universidades, por parte das reitorias e de diversas direções de unidades, exige respostas do movimento. É preciso que se diga, ainda, que a percepção de uma tendência mais conservadora em parcelas do segmento docente alimenta a liberdade de ação das reitorias.

O Fórum das Seis pretende organizar, neste segundo semestre, um debate sobre o direito de greve e o aumento da criminalização do movimento nas universidades, no qual o Cruesp também exponha claramente suas opiniões.

Espionagem

Entre os estudantes, alguns fatos chamaram a atenção neste ano. O mais grave se deu em meio à ocupação da Coordenadoria de Assistência Social da USP (Coseas) pelos moradores do Crusp, a moradia da Universidade. A ocupação foi um protesto à falta de investimento na moradia, que deixou de fora dezenas de estudantes de baixa renda.

Ao entrarem na Coseas, eles se depararam com “relatórios”, elaborados por “agentes de segurança”, que mostram detalhes do



Moradores do Crusp protestam durante ato do Fórum das Seis

dia a dia do Crusp e de cada um dos moradores, desde as visitas recebidas até o que foi dito em reuniões e assembleias. Um verdadeiro serviço interno de espionagem!

Diário do movimento



30/6 – Os servidores da Unicamp voltam ao trabalho. A reitoria ameaça os grevistas com punição.

5/7 – Em reunião com a diretoria do Sintusp, a reitoria da Unesp propõe implantar a equiparação salarial dos seus servidores com os da USP e da Unicamp.

5/7 – A comissão designada pela reitoria da USP para negociar reúne-se com o Sintusp, mas adia o anúncio de uma possível proposta específica.

7/7 – O Fórum das Seis avalia o movimento e, a partir da volta ao trabalho dos servidores da USP e da Unicamp, indica o encerramento da greve onde ela ainda permanece.

7/7 – A Reitoria da Unesp divulga o ofício 019/2010, ameaçando de corte salarial os servidores que prosseguirem na greve.

7 a 12/7 – Em assembleias, os servidores aprovam a volta ao trabalho. Os últimos a encerrá-la são os servidores do Instituto de Artes e do campus da Unesp de Bauru, que retornam em 14/7.

13/7 – O Fórum avalia o movimento e lança as bases para a continuidade da luta no segundo semestre.

17/8 – O Fórum reúne-se com a Comissão Técnica do Cruesp para discutir os números da arrecadação do ICMS, as folhas de pagamento de cada universidade e possíveis cenários de previsão para os próximos meses.

18/8 – O Fórum cobra, através de novo ofício, o agendamento de reunião com o Cruesp, para debate do conjunto da Pauta Unificada 2010.

